

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO**



ATA Nº 5

25 ABR 2024



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 5/2024

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte quatro, pelas dez horas, no Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo 1.º Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho, e pela 2.ª Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“Comemorações do 25 de Abril”.

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria Manuela Pereira Roque Mendes S. Duarte (em substituição João Filipe Dias Ribeiro), Catarina Isabel Ramos Proença (em substituição Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida), José Alberto Moreira Duarte, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Liliana Maria Pedro Ribeiro (em substituição de Adelina Maria Machado Martins), Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, Diamantino Castanho Cavaleiro (em substituição de João José Louro Ramos), Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Batista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Pedro João Martins Serra, Adelina Maria Machado Martins e João José Louro Ramos e João Filipe Dias Ribeiro.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Assembleia Municipal (Jorge Manuel Vieira Neves)

Reunimo-nos hoje nesta Sessão da Assembleia Municipal, para celebrar solenemente um marco extraordinário na nossa história, um capítulo que ficará gravado impressivamente nas páginas da nossa memória coletiva – A revolução do 25 de abril. Há 50 anos, o povo português uniu-se num clamor por liberdade, justiça e democracia, desencadeando um dos momentos mais emblemáticos da nossa nação.

O 25 de abril de 1974 para além de ter sido uma sublevação política, afirmou-se como uma revolução da esperança, da coragem e da determinação. Foi o dia em que as correntes que aprisionavam a nossa sociedade foram quebradas, abrindo caminho para um país com capacidade efetiva para ser mais livre, mais justo e mais inclusivo.

Ao recordarmos este dia histórico, não podemos esquecer os heróis anónimos que, com cravos vermelhos nas mãos e buscando a aspiração a um futuro melhor, marcharam pelas ruas afrontando destemidamente o poder instituído. Foi a sua coragem e valentia que permitiram que a luz da liberdade brilhasse, dissipando as sombras de uma era autoritária.

Hoje, vivemos os frutos dessa luta arrojada. Usufruímos da liberdade de expressão, do direito de escolher os nossos representantes, aos mais diversos níveis e também do privilégio de construir um país que reflete os nossos valores mais profundos.

50 anos que representam uma jornada coletiva repleta de experiências e aprendizagens. Aqui chegamos num processo complexo, necessariamente incompleto, recheado de promessas concretizadas, de desejos por realizar, no fundo, baseado em sucessos e fracassos.

Esta dualidade está bem patente na poesia de Manuel Alegre, sem dúvida, um ícone de Abril.

ABRIL DE SIM ABRIL DE NÃO

Eu vi Abril por fora e Abril por dentro

vi o Abril que foi e o Abril de agora

eu vi Abril em festa e Abril lamento

Abril como quem ri como quem chora.

Eu vi chorar Abril e Abril partir

Vi o Abril de sim e Abril de não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Abril que já não é Abril por vir

e como tudo o mais, contradição.

Vi o Abril que ganha e Abril que perde

Abril que foi Abril e o que não foi

eu vi Abril de ser e de não ser.

Abril de Abril vestido (Abril tão verde)

Abril de Abril despido (Abril que dói)

Abril já feito. E ainda por fazer.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Digníssimas Autoridades

Caros Convidados

Albicastrenses

Um dos símbolos que representa a memória coletiva da Revolução dos Cravos, como momento crucial na história de Portugal que resultou na transição para um regime democrático, é o da liberdade. A liberdade é um conceito fundamental para a experiência humana. Trata-se da capacidade de fazermos as nossas próprias escolhas, de tomarmos decisões e de agirmos de forma independente. No entanto, a liberdade não pode ser apenas um conceito teórico. A liberdade está sempre interligada com a responsabilidade e com o respeito pelos outros.

O que significa ser livre e responsável pode variar de acordo com o contexto. No entanto, os princípios básicos permanecem os mesmos: a liberdade deve ser exercida com responsabilidade e a responsabilidade deve ser fundada na liberdade. A verdadeira liberdade não é exclusivamente a ausência de restrições, mas a capacidade de agir de acordo com princípios éticos, respeitando o bem-estar coletivo.

A responsabilidade, por sua vez, emerge como uma necessidade natural quando exercemos nossa liberdade. É o reconhecimento de que nossas ações têm consequências, não apenas para nós mesmos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mas também para os outros e para o mundo ao nosso redor. Assumir responsabilidade implica agir de maneira consciente, considerando o impacto ético e moral das nossas escolhas.

O Papa Francisco, na encíclica Fratelli Tutti, reflete uma profunda preocupação com o estado atual da política e a sua deriva para um cenário marcado por estratégias efémeras e de confronto em vez de um debate saudável e construtivo sobre projetos a longo prazo para o desenvolvimento comum.

O Sumo Pontífice destaca que a política, na sua forma ideal, deveria ser um espaço para a discussão e implementação de projetos que visem o bem comum e o desenvolvimento sustentável para todos. Assertivamente, observa ainda, que esse objetivo nobre tem sido substituído por estratégias de curto prazo, muitas vezes baseadas em técnicas de marketing e na polarização, onde a eficácia é medida pela capacidade de desacreditar ou mesmo destruir, com ataques pessoais, baixos e lamentáveis.

“a política deixou de ser um debate saudável sobre projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum, limitando-se a receitas efémeras de marketing cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro”.

Essa crítica aponta para a necessidade de repensar o papel da política na promoção do bem comum e na construção de sociedades mais justas e inclusivas. A referência à "destruição do outro" dá ênfase à natureza negativa e prejudicial do atual estado da política, onde as pessoas são tantas vezes meras peças que apenas servem como instrumentos para atingir fins e que se descartam quando já não trazem vantagens.

A “destruição do outro” acontece ainda quando as pessoas, mesmo que professem a mesma matriz político-partidária, são, por vezes, vistos como alvos a ser abatidos, olhados como inimigos a serem chacinados, com o objetivo de serem afastados para que não façam ou não venham, mais tarde, a fazer sombra.

Para consumir estes ataques pessoais, numa tentativa de destruição, de autêntico assassinato de caráter, não se hesita a recorrer a qualquer meio, por mais escabroso que seja, desde denúncias anónimas, na maior parte das vezes falsas ou deturpadas, nunca hesitando em utilizar passando as famigeradas fake news.

O Papa Francisco apela assim a uma visão mais respeitosa e compassiva da política, onde as diferenças apesar de reconhecidas são respeitadas, e onde a colaboração é valorizada acima da competição destrutiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portanto, a citação enfatiza a importância de restaurar a política como uma ferramenta eficaz para promover o bem comum, superando abordagens superficiais e de confronto estéril a favor de um compromisso mais profundo com a construção de um futuro mais justo e solidário para toda a humanidade.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Caras e caros colegas Deputados Municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Com a facilidade de disseminação de informações nas plataformas online, a disseminação de notícias falsas tornou-se uma ameaça significativa para a sociedade. Este é um fenómeno crescente e preocupante na era da informação digital que resulta numa desinformação intencional. Com a proliferação das redes sociais e a democratização da produção de conteúdo online, tornou-se mais fácil para indivíduos e grupos mal-intencionados espalharem informações falsas.

A facilidade de publicação e de propagação dessas notícias muitas vezes supera a capacidade de verificação, levando a uma rápida disseminação e impactando a opinião pública. Este impacto tem o potencial de influenciar eleições, de moldar perceções públicas e de gerar conflitos sociais.

A disseminação de notícias falsas pode minar a confiança nas instituições, criar divisões na sociedade e comprometer a integridade do processo democrático. Não podemos esquecer que as redes sociais, sendo plataformas de interação global, trouxeram benefícios significativos à comunicação, mas também abriram espaço para a difamação se disseminar rapidamente.

Torna-se, pois importante encontrar um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a proteção da reputação. A difamação, que anteriormente era mais restrita a círculos locais, encontrou uma nova dimensão nas redes sociais. Com a velocidade de propagação das informações online, a reputação de entidades, empresas e indivíduos pode ser manchada em questão de minutos.

O clima constante de difamação cria mau estar e contribui para um nítido enfraquecimento da comunidade - um fenómeno multifacetado que impacta negativamente a coesão social, a solidariedade e a qualidade de vida das pessoas. Essa circunstância pode resultar na perda de vínculos comunitários, pois as pessoas vêm-se mais conectadas a redes virtuais do que às comunidades físicas em que vivem.

Contribuindo também para este enfraquecimento aparece o individualismo exacerbado na sociedade contemporânea. À medida que as pessoas buscam mais autonomia e independência, pode ocorrer uma diminuição da colaboração e da interdependência entre os membros da comunidade. A falta de um senso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

compartilhado de responsabilidade e propósito comum pode levar à fragmentação social. A tecnologia, que tem o potencial extraordinário de conectar as pessoas, também pode desempenhar um papel decisivo no enfraquecimento das comunidades.

O uso excessivo de dispositivos eletrônicos e redes sociais pode levar a interações superficiais, substituindo o contato pessoal e enfraquecendo os laços sociais genuínos e resultando numa sensação de isolamento e desconexão comunitários.

As consequências do enfraquecimento das comunidades são vastas e abrangem diferentes aspetos da vida que pode levar a uma redução do apoio social, aumentando os níveis de solidão e stresse.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Caras e caros colegas Deputados Municipais

Na comemoração dos 50 anos da revolução do 25 de Abril é importante olhar para o futuro, embora, por vezes, a expectativa seja reduzida para que possamos trilhar um percurso seguro, com estabilidade e, acima de tudo, com esperança.

A questão do estado da saúde da democracia é um tema complexo e muitas vezes objeto de aceso debate. A perceção de que a democracia está "doente" pode surgir a partir de várias razões e contextos, embora os juízos possam variar amplamente, no estado e nas suas envolventes.

A democracia é um sistema político baseado na participação dos cidadãos na tomada de decisões, seja através do voto, da livre expressão de opiniões ou do exercício de cargos públicos. No entanto, é cada vez mais evidente que a democracia representativa tem falhado em garantir uma efetiva participação dos cidadãos na vida política.

O défice participativo da democracia é a falta de envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios e na formulação de políticas públicas. Isso deve-se a diversos fatores, como a falta de transparência e de uma efetiva prestação de contas dos governantes, a desigualdade de acesso à informação e recursos, a alienação política e a descrença nas instituições democráticas.

A falta de participação dos cidadãos na política tem consequências negativas para a democracia, pois enfraquece a legitimidade das decisões tomadas pelos representantes eleitos e aumenta a desigualdade de poder entre os diferentes grupos sociais.

Para combater o défice participativo da democracia, é necessário fortalecer os mecanismos de efetiva participação dos cidadãos, como consultas públicas, plebiscitos, orçamentos participativos e iniciativas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

populares de criação de leis. Além disso, é fundamental garantir a transparência dos governantes, para que os cidadãos possam fiscalizar suas ações e cobrar responsabilidades.

É preciso também investir na educação cívica e na promoção da cultura democrática, para que os cidadãos estejam conscientes dos seus direitos e deveres políticos e possam participar de forma informada e consciente na vida pública. A democratização dos meios de comunicação e o fortalecimento da sociedade civil também são fundamentais para ampliar a participação dos cidadãos na política.

Em resumo, o défice participativo da democracia é um desafio que precisa ser enfrentado de forma urgente e eficaz, para garantir uma maior igualdade e legitimidade nos processos políticos e fortalecer a democracia como um todo.

A participação ativa dos cidadãos torna-se assim um fator essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Deputados Municipais

Senhores Vereadores

Senhores Presidentes, de Juntas / Uniões de Freguesia

Digníssimas autoridades civis, religiosas, académicas e militares

Ilustres Convidados

Caros concidadãos Albicastrenses

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A liberdade que abril nos deu, obriga-nos a sermos dignos da luta e do esforço de tantos, deve comprometer-nos a ter responsabilidade, a ter educação, a demonstrar respeito, a agir com ética. Só com a assunção desses compromissos é possível a construção de uma sociedade progressista e justa.

Ao reconhecer a importância desses pilares, podemos aspirar a uma comunidade que valoriza a liberdade como pilar da expressão autêntica, a responsabilidade como consequência de escolhas ponderadas, a educação como catalisadora de mudanças positivas e a ética como guia moral.

Essa abordagem integrada moldará não apenas o presente, mas também o futuro, construindo uma sociedade resiliente e equitativa. A democracia, que tanto valorizamos, exige a nossa participação ativa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Devemos protegê-la, nutri-la e fortalecê-la, assegurando que as gerações futuras possam colher os benefícios de uma sociedade justa e aberta.

A memória do 25 de abril deve ser mais do que um evento histórico; deve ser um lembrete constante do que é possível quando nos unimos em prol de um bem comum. Hoje, enquanto celebramos as conquistas do passado, olhamos para o futuro com esperança e determinação.

Que o espírito do 25 de abril continue a guiar-nos, inspirando-nos a superar desafios, a abraçar a diversidade e a construir um Portugal cada vez mais inclusivo e solidário.

Saibamos ser dignos do legado que nos foi transmitido pelo 25 de Abril como referiu outro dos grandes poetas de Abril, Ary dos Santos Que ninguém mais cerre as portas que Abril abriu!

25 de Abril, sempre!

Viva a liberdade!

Viva a democracia!!!

Viva o 25 de Abril!

Ernesto Candeias Martins (Representante do MPT)

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grande emoção e orgulho que estamos todos aqui a comemorar 50º Aniversário da Revolução 25 de Abril de 1974, data que implica em nós portugueses uma responsabilidade e dever de prestar homenagem a todos aqueles que lutaram para devolver a liberdade ao povo português e que fizeram mudar a vida de cada português. Permitam-me saudar e lembrar os homens e as mulheres de abril, herdeiros da memória deste país. A importância de evocar e comemorar o 25 de abril é um exercício de liberdade e cidadania participativa. A sua evocação é um sinal de respeito e gratidão a todos os que tornaram possível um país democrático. Lembro as palavras de M. Torga mesmo sendo um poeta afeto antigo regime: “Livre não sou, que nem a própria vida Mo consente. Mas a minha aguerrida Teimosia É quebrar dia a dia o grilhão da corrente.” A liberdade é uma conquista...

No dia 25 de abril era eu um jovem que gostava logo de manhã ouvir num velho transístor a rádio. Naquela manhã achei estranho que os programas habituais não estivessem a ser emitidos e ver à janela como estava a nascer o dia, dia tranquilo. Sem alterar a minha rotina lá fui para o Liceu, para mais uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

jornada escolar, sem notar qualquer situação anormal no contexto estudantil, nesta pacatez de cidade. A campainha tocou e mais uma vez começámos, como estava programado no horário. Alguns colegas começaram a circular notícias de que estava a acontecer uma revolução. O meu coração palpitou e desabafei para mim, chegou a liberdade, como para quase toda a rapaziada do liceu, a notícia constituiu uma surpresa que se transformou em alegria ao longo do dia. Nada ficaria igual, tudo passara a ser diferente. Vivemos momentos inesquecíveis de euforia, sem se saber em concreto como a situação evoluía. Só quem sentiu e viveu esse momento poderá avaliar o seu significado. Sobretudo os jovens, como eu, oriundos do tão esquecido e atrasado meio rural, onde as dificuldades se acentuavam. Esse meu estado emocionado e de levitação faz-me lembrar as palavras de Sophia Andresen (1986): “Esta é a madrugada que eu esperava/ O dia inicial inteiro e limpo/ Em que emergimos da noite e do silêncio/ E vivos habitamos a substância do tempo”. De facto, fiquei em êxtase e foi como eu vivi [...]. Estamos num estado democrático – não há prisões políticas, não temos colónias, não somos um povo colonizador, somos um povo que ajudou a criar liberdades e independências. Apesar de tudo, há um serviço de saúde melhor”.

É preciso recorrer à nossa história longínqua para encontramos antecedentes da Revolução dos Cravos, no regime político português da monarquia constitucional até à implantação da República, em que vários movimentos/forças e partidos convergiram no Partido Republicano Português transformando o país numa república. Este novo regime republicano e a participação na Primeira Guerra Mundial trouxeram-nos transtornos políticos, sociais e económicos e, assim, politicamente nos períodos de crise, começaram a surgir movimentos conservadores que culminaram no golpe de maio de 1926, iniciando a Ditadura Nacional, que durou até 1933, quando foi elaborada uma nova Constituição ditatorial que proibia quaisquer liberdades de organização e expressão do povo português. A ascensão ao poder de Oliveira Salazar, dando origem a um regime corporativista e ANTI em tudo, com as suas formas de governo autoritário, que se perpetuou durante 40 anos sem democracia, período permeado com oposições ao regime e tentativas de revoltas e contestações, mas em vão, fizeram intensificar a opressão e a censura. Durante a Segunda Guerra Mundial, apesar de Portugal se ter mantido neutro, fomos afetados pelos acordos e revisões geográficas e económicas e, com isso, o Governo recusou aceitar as independências das colónias africanas, dando origem à luta armada de grupos guerrilheiros de libertação legítimos. Com a morte de Salazar, Marcello Caetano assume o governo seguindo uma política idêntica, maniatada pelas forças conservadoras, sem poucas alterações. A crise económica e os desgastes nas guerras coloniais, com tantas perdas de jovens causaram o desanimo das famílias para além da grande contrariedade nas forças armadas e na população em geral pela guerra colonial, incrementando o descontentamento contra o regime e, assim a Revolução popular e militar eclodiu no dia 25 de Abril, com as ocupações do Movimento das Forças Armadas em locais estratégicos, em pouco tempo e em todas as regiões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portugal. As pessoas amantes dos valores humanos e democráticos ouviam na rádio as notícias e ansiosamente esperavam mais notícias que nos enchessem de alegria. Foi uma Revolução dos Cravos que acaba com o regime e com ela, grandes mudanças ocorreram no país, sobretudo o restabelecimento das liberdades democráticas, que não existiam desde 1926.

A Revolução de Abril de 1974 marcou o início da vida democrática em Portugal. A revolução e o processo de instauração da democracia fizeram-nos sentir os valores democráticos quando antes não eram permitidos, em todos os sectores: na comunicação social, na educação, cultura, trabalho, na saúde, economia e nas mentalidades e formas de convivência. Assim se concretizaram 3 objetivos; todos eles prioritários; descolonização, democratização e desenvolvimento do país, a 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprovou a Constituição da República Portuguesa num marco de consagração dos direitos e deveres fundamentais dos portugueses, como seja o princípio da igualdade, a liberdade de imprensa, a liberdade religiosa, os direitos laborais, sociais e culturais, a instituição dos órgãos de soberania e integrando as autarquias locais e regiões administrativas na organização política do Estado, incluindo as regiões autónomas dos Açores e Madeira.

Outra conquista de Abril, entre muitas outras é o ter destituído as fronteiras entre os géneros que períodos anteriores cristalizaram. A ação da mulher é hoje, em todos os setores um elemento fundamental na vida democrática, de tal modo que se aprofundou e sedimentou a paridade nos cargos de decisão política, conferindo centralidade à igualdade. Mas também a Solidariedade que continua a ser escopo essencial para uma governação sedimentada na inclusão e combate à exclusão, num Estado Social forte, que apoie as pessoas e as famílias na doença, no desemprego, no 1.º emprego, nos rendimentos e outros aspetos que exigem medidas determinantes.

Outra conquista é relativa ao Poder Local que permitiu fazer mais e melhor nos diversos territórios, combatendo as assimetrias, a desertificação, os desequilíbrios de desenvolvimento existentes, que certamente ainda hoje são bem mais evidentes. Mas o caminho para esta afirmação do poder local ainda é longo e, por vezes sinuoso e, daí termos a obrigação de o percorrer juntos sempre em nome de um bem maior que é a verdadeira defesa dos territórios.

Volvidos meio século após o dia 25 de Abril, estamos hoje bem melhor do que estávamos em 1974. A democracia e a liberdade são conquistas de Abril, mas ambas estão sujeitas a ameaças, às quais temos o dever coletivo de estar atentos. A relação numa sociedade democrática, por exemplo entre a liberdade e a segurança, dependentes entre si, exige-nos reflexão, porque não há liberdade sem segurança, nem segurança sem liberdade, pois a relação dicotómica entre ambos valores, constitui uma luta contínua,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

na satisfação em simultâneo dos desejos individuais e as exigências sociais, o que não se verifica ainda em muitos casos. A liberdade é uma oportunidade de sermos melhores.

Mas precisamos de continuar a dar o nosso contributo na salvaguarda dos direitos e na construção de uma sociedade mais justa. Precisamos da participação de todos para celebrar Abril todos os dias, com espírito de solidariedade e fraternidade, na base dos valores democráticos que se redefinem e reimplementam, num processo de adaptação e melhoria contínua, sem desânimo, distração e passividade, pois a democracia é contínua e diária, como diz o poeta Manuel Alegre: “há sempre uma candeia/ dentro da própria desgraça/ há sempre alguém que semeia/ canções no vento que passa/ Mesmo na noite mais triste/ em tempo de servidão/ há sempre alguém que resiste/ há sempre alguém que diz não!”

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

50 anos passados, Portugal, a Europa e o Mundo continuam a viver momentos difíceis e conturbados, especialmente com guerras bélicas e crises humanitárias e económicas e restrições nos direitos. Todos os indicadores apontam para desequilíbrios quase irreversíveis e incompreensíveis entre os territórios. É verdade que houve ganhos de qualidade de vida e estão à vista de toda gente, mas também falta muito por fazer pois a democracia é exigente e a evolução dos tempos também o é. Ainda há muito por fazer e cumprir as promessas de Abril. No nosso concelho queremos mais desenvolvimento, mais investimento, mais emprego, mais oportunidades para os jovens, mais e melhores acessibilidades, mais acesso e melhor habitação, queremos ir ao encontro das necessidades das pessoas/famílias com estratégias a médio e longo prazo! A concretização dos anseios e expectativas dos portugueses constitui um ato democrático para os governantes, com estratégias determinadas. Uma dessas estratégias é dar prioridade aos problemas de uma geração qualificada, informada e exigente, que se quer emancipar, trabalhar, construir o seu futuro e não pode ...mas há que dar-lhe condições e medidas, já que os jovens lutam durante a sua formação e qualificação, com um enorme esforço financeiro das suas famílias, mas a maioria em vão, pois não conseguem alcançar essa desejada emancipação devido à crise habitacional, precaridade laboral, as baixas remunerações e a elevada carga fiscal. O futuro das novas gerações deve ser uma prioridade da sociedade atual, senão a emigração é a solução para a maioria deles. Não é isso que queremos. Haverá também que evitar os rastilhos de promessas provenientes de extremismos e certos tipos de populismos que criam ilusões nas suas medidas propostas.

Sabemos que o interior enferma a um ritmo alucinante diante dos olhos dos grandes centros de decisão que parecem indiferentes à evolução das regiões do interior (envelhecimento, despovoamento e desertificação). Devemos olhar para o nosso interior como uma mãe olha para os seus filhos, esta deverá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ser a norma. Fazer tudo o que possamos para melhorar, pois a forte inclinação do país para o litoral é gritante e até indigna a população que tantas vezes não vê as mínimas condições para continuar a amar a sua própria terra e enraizar os seus vínculos. Haverá que aproveitar o PRR, os Fundos Europeus que nos são destinados e aplicados nas necessidades que os territórios têm, pois, esses Fundos só existem porque temos regiões em Portugal abaixo da média europeia e, por isso, não podemos permitir que sejam aplicados maioritariamente nas regiões mais ricas do espaço europeu. Só conseguiremos inverter as assimetrias de desenvolvimento investindo seriamente na Coesão Territorial. Melhorar o território com infraestruturas e equipamentos, promover obras estruturantes essenciais e realizar investimentos com apoio da Comunidade Europeia. É urgente esbater essas assimetrias reivindicando que os Fundos Europeus e do Orçamento de Estado cheguem à Região com mais agilidade, com menos burocracia e por consequência com mais eficácia e eficiência, senão vemo-nos ultrapassados por Países Europeus que entraram muito depois de nós e que recebem fundos estruturais há menos anos.

Hoje passados 50 anos do 25 de Abril é dia de reflexão sobre os desafios atuais e futuros para país e para o concelho. São desafios de exigência de responsabilidade para os representantes locais no desempenho das suas funções, que devem ser integras e determinadas na promoção do desenvolvimento do território. É importante que nos envolvamos numa agenda de emergência pelas questões locais, dando o nosso feedback e monitorizando as ações praticadas e aquelas que sejam propostas devidamente discutidas e aprofundadas. Não nos podemos negar ao nosso desígnio. A melhoria da qualidade da nossa democracia passa também por termos uma sociedade mais exigente, que não pactue com maus exemplos e péssimas referências. Uma sociedade exigente em que os cidadãos participem ativamente, sejam exigentes e escrutinem com sentido crítico as tomadas de decisão do poder local. Como cidadãos todos temos o direito à boa governação, pois a democracia representativa é fundamental, mas tem de ser completada pela democracia participativa dos cidadãos.

Estimados amigos e autoridades aqui presentes o 25 de Abril de 1974 deve continuar a inspirar-nos a todos nós. Devemos estar gratos pelas liberdades adquiridas devendo trabalhar arduamente para protegê-las e fortalecê-las. Escudá-las e cimentá-las perante estes acinzentados tons de revivalismo que surgem! É importante que, não obstante continuarmos a lutar pela liberdade e pelos nossos direitos, todos nos lembremos que com a liberdade vem a responsabilidade. Um sentido de responsabilidade que garanta que as nossas liberdades e direitos sejam protegidos e respeitados.

Viva o 25 de Abril Sempre

Viva a Liberdade, a democracia e o estado democrático.

Viva Castelo Branco...Viva Portugal.



Maria da Conceição Pereira (Representante do CHEGA)

Há meio século, no dia 25 de abril de 1974, Portugal testemunhou um dos momentos mais marcantes da sua história contemporânea: a Revolução dos Cravos. Nesse dia, as forças armadas portuguesas lideraram um golpe pacífico que derrubou o regime do Estado Novo, inaugurando uma nova era de democracia e liberdade no nosso país.

O Estado Novo foi o regime político que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da Constituição Portuguesa de 1933 até ao seu derrube para revolução que hoje comemoramos, regime esse que reprimiu a liberdade de expressão (continuamos iguais ou piores), censurou a imprensa (continuamos iguais ou piores).

Todos nós sabemos que o povo português enfrentava dificuldades económicas e sociais, sendo que a guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau estava a levar o país para uma crise profunda (não estamos em guerra e continuamos iguais ou piores).

Em abril de 1974, um grupo de oficiais de baixa patente, inspirados por ideias democráticas e descontentes com a situação do país, decidiu agir sob a liderança do Movimento das Forças Armadas, planearam e executaram uma operação militar surpreendentemente bem-sucedida.

O golpe foi marcado por um gesto simbólico notável em que soldados e civis trocaram armas por cravos vermelhos, transformaram armas em flores, simbolizando assim a transição pacífica do poder.

A Revolução dos Cravos não só pôs fim ao regime autoritário, mas também abriu caminho para profundas transformações sociais, políticas e económicas em Portugal, tendo o país embarcado num processo de democratização, promovendo eleições livres e pluralismo político e realizou reformas significativas nos setores da Saúde, Educação, e bem-estar social.

Hoje, cinquenta anos após a Revolução dos Cravos, celebramos as nossas conquistas, mas temos de refletir sobre os desafios que ainda enfrentamos. O país tornou-se uma democracia consolidada, com instituições sólidas e um respeito renovado pelos direitos humanos e pela dignidade individual. No entanto, persistem desafios, como a desigualdade social, a corrupção e a crise económica.

A celebração do 25 de Abril é mais do que uma lembrança do passado; é um lembrete da importância de defender os valores democráticos e lutar pela justiça e pela igualdade. É um dia para homenagear aqueles que lutaram pela liberdade e para inspirar as gerações futuras a manter viva a chama da democracia e da solidariedade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Que os cravos continuem a florescer, lembrando-nos sempre da fragilidade e da preciosidade da liberdade.

Também é preciso relembrar que após a euforia inicial da Revolução dos Cravos, Portugal embarcou num período complicado de transição política e social e foi no dia 25 de novembro de 1975 que o país testemunhou outro momento crucial na nossa história que marcou o fim da Revolução dos Cravos e consolidou o caminho para a democracia.

O contexto político que levou ao 25 de novembro era complexo e marcado por tensões ideológicas e disputas de poder, tendo Portugal mergulhado num período de agitação política, com diferentes forças políticas e militares competindo pela direção do país. À esquerda havia o Movimento das Forças Armadas, que liderou a revolução inicial e promoveu reformas sociais e políticas progressistas. À direita estavam os setores conservadores das Forças Armadas e da Sociedade, preocupados e bem, com a radicalização política e social do país.

Essas tensões atingiram o auge em novembro de 1975, quando uma série de eventos desencadeou uma crise política profunda, onde as disputas entre fações políticas e militares, greves e confrontos nas ruas quase levaram o país a uma guerra civil onde extrema-esquerda, representada principalmente pelo Partido Comunista Português e pelos grupos revolucionários mais radicais pressionavam por mudanças rápidas e profundas na sociedade portuguesa, enquanto a direita sempre procurou restaurar a ordem e a estabilidade.

Foi neste cenário de divisão e conflito que ocorreu o 25 de Novembro, onde no final, as forças moderadas prevaleceram e ficou marcado o fim da tentativa de radicalização revolucionária em Portugal fazendo com que o país seguisse em direção a uma democracia pluralista, com eleições livres e respeito pelos direitos individuais e liberdades civis, tendo sido crucial para consolidar o processo de transição democrática em Portugal e para estabelecer as bases para a estabilidade política e o desenvolvimento económico que se seguiram até aos dias de hoje.

A revolução pode ter acabado com o regime do Estado Novo, mas o CHEGA, 50 anos depois acabou com o bipartidarismo a que Portugal esteve preso até ao passado dia 10 de março, bipartidarismo esse que com as suas políticas governamentais, financiamento, corrupção, eficácia institucional, má gestão e falta de investimento adequado, levou setores como a educação, a saúde, a defesa nacional, a segurança pública e a justiça a enfrentar desafios graves provocando uma situação extremamente preocupante.

Existe uma série de problemas sistémicos que precisam ser abordados urgentemente:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A falta de investimento adequado leva à escassez de recursos, infraestruturas precárias e falta de pessoal qualificado.

A corrupção, desvios de fundos, nepotismo e má administração minam seriamente a eficácia e a equidade destes setores.

A desigualdade socioeconómica, a pobreza, o desemprego e outras questões sociais impactam diretamente a educação, a saúde e a segurança pública.

Para melhorarmos, é necessário um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, a sociedade civil, o setor privado e os cidadãos em geral, visando políticas e práticas mais eficazes e responsáveis.

As autarquias locais também viram um grande incremento das suas competências, mas estão fortemente endividadadas e muitas não conseguem cumprir com eficácia as suas atribuições. Para além disso a descentralização de competências que se viram obrigadas aceitar oneraram em muito os orçamentos municipais e tornaram-se em tarefeiros do poder central.

Hoje, ser de direita, defender a família e a vida, defender a Pátria e os símbolos nacionais, prezar a cultura e os costumes, ou tão simplesmente defender ideais diferentes dos que se autointitulam de “politicamente corretos”, é sinónimo de fascismo, mas agora sim, 50 anos depois do 25 de abril, com 50 deputados eleitos pelo Partido CHEGA, caminhamos enquanto sociedade para um Portugal realmente livre.

Que nunca nos esqueçamos das dificuldades e desafios enfrentados durante o período de transição pós-revolucionário e da importância de defender os princípios democráticos e o Estado de direito, celebrando assim a resiliência do povo português e da capacidade de superar divisões e conflitos em busca de um futuro comum de paz e prosperidade.

Se hoje estamos a celebrar este dia, muito o devemos ao 25 de novembro.

Portugal não está à venda, Portugal precisa dos portugueses.

Viva Portugal.

Liliana Maria Pedro Rebelo (Representante do PSD/CDS/PPM)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Cinquenta anos. A 25 de Abril de 1974, as ruas e praças portuguesas detinham uma tonalidade diferente. Por entre o verde do uniforme militar e o branco das fachadas destacava-se um tom vermelho. Os capitães de Abril tinham saído à rua, envergando orgulhosamente aquele que é o emblemático expoente da Revolução de Abril: o cravo.

Curiosamente, o cravo é uma das espécies da flora mais resistente à face da Terra, capaz de perdurar quando confrontada com grandes amplitudes térmicas, desde os 15°C negativos ao calor intenso. Apesar de mero acaso, o cravo representa uma analogia à resiliência e tenacidade do povo português. Um povo, que há cinquenta anos, nunca desistiu e continuou a lutar perante as adversidades; continuou a reivindicar os seus ideais perante as vicissitudes; continuou, sem medo, a glorificar o nome de Portugal.

Eu sou filha e neta dos heróis que há cinquenta anos lutaram para que hoje a democracia exista. Todos o somos.

A coragem dos militares de Abril, abraçada pelo desejo de liberdade do povo português, rompeu com as amarras de uma ditadura, que de forma tirana, subjugava a sociedade portuguesa. A ti, que és um jovem ou uma jovem da minha geração, acompanha-me nesta viagem até aos tempos sombrios da ditadura. Eu, enquanto jovem mulher casada:

- não posso viajar sem a autorização nem a companhia do meu marido;
- não posso andar sozinha na rua à noite;
- não posso divorciar-me;
- não tenho direito a votar, a exercer e expressar a minha opinião política;
- não posso ambicionar ser professora, enfermeira ou assistente de bordo, uma vez que estas profissões são incompatíveis com o meu papel de esposa e mãe;
- e falando no papel de mãe, não posso interromper a minha gravidez, nem sequer se a minha vida e a do meu filho estiverem em risco;
- não posso encontrar-me com mais do que 3 pessoas na rua;
- não posso ler livros, ouvir músicas nem ver peças de teatro ou filmes que não sejam aprovados pelo Estado Novo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- quando compro um jornal ele não transmite a realidade do país: menos de 4% dos jovens terminaram o ensino superior,¹ em cada 4 mulheres é analfabeta e menos de metade das casas portuguesas não têm água canalizada.

Ademais, é bom lembrar, que a liberdade foi alcançada arduamente.

Após o golpe militar, viveram-se tempos conturbados de grande instabilidade política e social, que culminou na Crise de 25 de Novembro de 1975, momento em que a democracia foi definitivamente instaurada em Portugal.

Minhas senhoras e meus senhores, o que significa viver e honrar a democracia, bem como os valores e as conquistas de Abril?

No quadro da política externa, mais de metade dos países do Mundo vive sob a alçada de um regime ditatorial, o que demonstra o quão volátil pode ser a democracia se a encarmos como uma verdade absoluta e garantida.

Atualmente, enfrentamos inúmeros conflitos geopolíticos que ameaçam a segurança e a estabilidade europeia e mundial, nomeadamente as investidas bélicas na Ucrânia por intermédio da Rússia e a tensão na Faixa de Gaza entre Israel e o Hamas.

O Partido Social Democrata, partido fundador da nossa democracia, não abandona o desígnio de consolidar a liberdade. Não poupamos esforços porque é esse o compromisso que estabelecemos, desde a nossa génese, com o povo português.

Compete-nos a tarefa de combater os intervenientes que, através de doutrinas extremistas, eurocéticas, populistas e fundamentalistas, constituem uma ameaça à democracia.

Celebrar a efeméride do 25 de Abril é celebrar a mudança, a possibilidade de trilhar o nosso caminho, de podermos ser e viver livres. Esta data comemorativa serve de oportunidade para notabilizar a memória dos nossos antepassados, avaliar o presente e repensar o futuro das gerações vindouras.

Entre tantos feitos que poderia elencar, permitam-me destacar numa análise de contexto temporal (também perante as eleições que se avizinham), a extrema importância da entrada na UE como ponte para o Mundo; essencial para almejar o futuro cosmopolita, moderno e vanguardista sonhado no pós-revolução.

Embora os valores humanistas de Abril estejam consagrados na Constituição da República Portuguesa, o presente demonstra que muito ainda está por cumprir, principalmente nas regiões do interior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Passados cinquenta anos, a igualdade de oportunidades permanece um conceito abstrato para alguns cidadãos. As assimetrias entre o litoral e o interior condicionam a evolução do estrato socioeconómico das famílias e, conseqüentemente, acentuam as disparidades entre classes. Nos centros com baixa densidade populacional as oportunidades de emprego qualificado são menores, as infraestruturas de mobilidade e telecomunicações têm falhas significativas e os direitos inerentes à vida humana, como a educação, a saúde e a habitação não estão salvaguardados. Castelo Branco é exemplo disso.

Não podemos aceitar cidadãos sem médico de família, nem que algumas especialidades hospitalares estejam encerradas ou funcionem sobrelotadas, sem os recursos humanos e económicos necessários para o exercício das suas funções. No tecido urbano, os problemas da habitação adensam-se. O nosso parque habitacional é maioritariamente composto por edifícios com mais de 40 anos, sendo urgente um plano de reabilitação urbana. Os jovens só conseguem emancipar-se e sair da casa dos pais depois dos 30 anos, deixando para segundo plano a vontade de constituir família. O arrendamento para jovens casais é escasso e os programas de apoio para arrendar ou comprar casa não são suficientemente eficazes. No que diz respeito ao ambiente, e sendo o interior uma zona de pinhal, há que apostar em políticas públicas de proteção das nossas florestas e biodiversidade, especialmente na implementação de um plano contra incêndios. Temos de apoiar a nossa agricultura, fomentar investimento e interligar as empresas com as universidades e centros de investigação.

O Partido Social Democrata acredita que é possível, através de uma sinergia de congregação entre os diferentes agentes de atuação política e da sociedade civil, responder aos desafios que o futuro reserva.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores, termino citando um excerto do poema do ilustre Ary dos Santos, intitulado “As portas que Abril abriu”:

“Foi então que Abril abriu

as portas da claridade

e a nossa gente invadiu

a sua própria cidade.

Agora que já floriu

a esperança na nossa terra

as portas que Abril abriu

nunca mais ninguém as cerra.”



Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Viva Portugal!

Maria José Rafael (Representante do Sempre-MI) –

25 de Abril

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

O 25 de abril nas palavras da poetisa Sophia de Mello Breyner.

Estamos aqui para comemorar, com o mesmo vigor e empenho democráticos, o acontecimento mais importante da nossa história recente. Precisamente 50 anos depois daquele dia "inteiro e limpo", para citar as palavras eloquentes da poetisa Sophia de Mello Breyner Andersen.

O 25 de Abril foi o coroar desse calvário de coragem e de esperanças. As forças armadas, tomando finalmente consciência da grande crise nacional em que o País se debatia, puseram termo à opressão, comprometendo-se a devolver ao povo a escolha das suas instituições e dirigentes políticos.

Um momento só possível quando foi e como foi pela coragem dos determinados e valorosos Capitães de Abril.

Bem hajam.

Queremos comemorar este aniversário do 25 de Abril chamando a atenção para a exigência da promoção dos direitos do homem na nossa sociedade e, ao mesmo tempo, lembrar a necessidade de uma urgente conversão da mentalidade pública aos valores e princípios da democracia. Surgem por esse mundo ondas de libertinagem, de egos inflamados, de egoísmos ferozes e religiosidades assoberbadas. O mundo está-se a pintar de sangue. O que deveria ser uma vida em segurança tem passado a ser uma vida de desconfiança.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Um povo, para viver em liberdade, não pode alimentar-se de espectros e fantasmas, bons ou maus, nem ficar-se pela adoração ou exprobração do passado, qualquer que seja a importância transata dos acontecimentos, fastos ou nefastos, que o povoam. Por se basear na dignidade do homem e se abrir à invenção permanente, a democracia depende da existência de uma mentalidade coletiva aberta às interrogações e à busca de novidades, exigindo, para viver em crescimento, atmosfera da crítica, do futuro e da esperança.

Verdade seja dita, eu era nova quando se deu a Revolução dos Cravos. Ainda recordo o dia que foi retirada da parede da Escola, mesmo por cima da ardósia onde as aulas eram ministradas em perfeito silêncio e respeito pela professora, por um lado a fotografia de uma figura, que me diziam ser o responsável dos destinos de Portugal e a quem eu devia respeito, por outro lado, um crucifixo, símbolo da religiosidade de um povo. "Deus Pátria e Família: A trilogia da Educação Nacional", do Estado Novo. Hoje sei que esse dia foi o responsável por me encontrar aqui, a tecer estes pensamentos em total liberdade sem me sentir subjugada ao medo, à censura, à opressão, à prisão e à tortura.

Provavelmente, o texto desta minha intervenção estaria demasiado riscado a azul para o conseguir ler. Mas nada está garantido. Vivemos, à escala global, num contexto de incertezas, e perplexidades e devemos, por isso, mantermo-nos vigilantes e exigentes, cada vez mais ativos civicamente, sempre movidos pelo bem comum, sem egoísmos pessoais ou nacionais.

Hoje vivemos uma crise de valores, torna-se fácil expor o outro, em que, por vezes, o ascender de uma escada seja ela política, pessoal ou estratégica, não se faz pelo próprio mérito, mas depende do poder que se tem para fazer com que o outro tropece nela. Neste mundo que vivemos há três razões que têm feito alterar os nossos comportamentos.

-Em primeiro lugar, a crise financeira e a estagnação económica que levaram a um aumento da desigualdade de rendimentos e que provocaram descontentamento nos trabalhadores e na classe média.

-Em segundo lugar, houve uma intensificação dos movimentos.

-Em terceiro lugar, as redes sociais também estão a contribuir para a crise da Democracia, ao darem voz e palco a publicações populistas e que ferem os mais elementares direitos humanos.

É premente que cada cidadão reforce a sua fé cívica nos princípios da Igualdade e da Fraternidade e que todos lutemos, corajosamente em liberdade, pelas nossas convicções e por uma sociedade mais justa e mais ética.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Compete-nos seguir em frente, cultivar o otimismo, trabalhar no Mundo que nos foi legado e deixá-lo melhor aos nossos filhos e netos. No Mundo, em Portugal e em Castelo Branco.

Caros munícipes e concidadãos:

Chegado este dia, e tendo como pano de fundo a revolução de 74, cabe-nos fazer o exercício de monitorização de todas as medidas implementadas e das não concretizadas por este executivo. Cabe-nos refletir sobre a evolução e crescimento de Castelo Branco nestes últimos 3 anos. Limitando-nos ao Distrito de Castelo Branco, precisamos comparar a evolução de outras cidades em relação a Castelo Branco.

Façamos esse exercício. Sou filha de Castelo Branco e, como eu, todos queremos o melhor para a nossa cidade e ser-lhe gratos pelo que ela nos dá. Queremos ajudar a desenvolver em Castelo Branco um ambiente inovador e empreendedor, que alavanque a mudança de paradigma para um modelo de desenvolvimento económico, social e ambientalmente mais sustentável. Mas necessitamos de espaço para que o possamos fazer, em liberdade, com críticas construtivas e que não sejam entendidas como bloqueio à execução de objetivos. É necessária abertura política para se discutirem as questões, sem medos e sem omissões e que as críticas sejam sementes do desenvolvimento de objetivos capazes de construir as melhores opções para Castelo Branco. É no entendimento que nasce a ideia e é em grupo que ela se desenvolve. Sejam os espelhos da Democracia que floresceu em 74. Assim, Castelo Branco ficará a ganhar, os munícipes também e o desenvolvimento cresce.

Sejam os cravos de 74 que uniu pessoas, comoveu corações, e fez partilhar a alegria da mudança.

Sejam as espingardas de 74, sem balas, que uniu mentalidades e militares com o objetivo de unificar um povo a construir a sua liberdade, crescimento e glória.

Viva o 25 de abril

Viva Castelo Branco.

Francisco Pombo Lopes (Representante do PS)

A celebração do 50.º aniversário do 25 de Abril, tem hoje um significado especial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Concomitantemente homenageamos hoje todos os homens e mulheres, conhecidos e anónimos, que ao dedicarem a sua vida a ideais, contribuíram para a conquista para todos nós da liberdade na sua maior plenitude e expressão.

Ao celebrarmos a Revolução dos Cravos, celebramos a democracia, a liberdade, a igualdade, a paz e o desenvolvimento económico e social. Os tempos presentes demandam sincera, séria e objetiva reflexão sobre a evolução do nosso país, da nossa sociedade, sobre o antes e depois da Revolução dos Cravos, sobre o Portugal de hoje. Decorrido meio século desde o dia 25 de abril de 1974, em pleno século XXI, as raízes e os frutos da Revolução dos Cravos assumem especial relevância e exigem reflexão nos tempos que vivemos.

Portugal, sem o 25 de abril de 74 não seria certamente o país que hoje conhecemos.

A taxa de analfabetismo em Portugal apresentava-se nos censos de 1970 como uma das maiores da Europa.

O acesso ao ensino superior por parte da população mais desfavorecida só após 1974 teve real importância e expressão, assim como o maior acesso das mulheres à educação, as quais são hoje 60% dos diplomados.

A adesão de Portugal à CEE foi uma das consequências do 25 de Abril de 1974 e das subsequentes alterações nos aspetos económico, político e social.

Conforme referiu Mário Soares no seu discurso a 12 de junho de 2005, aquando Comemorações da adesão de Portugal à União Europeia, Portugal: “(..) deu com a adesão à C.E.E., um salto histórico no plano do desenvolvimento e da sua autoconfiança, instalando-se noutra patamar económico, sem paralelo com o anterior.”

Antes do 25 de Abril de 1974, a saúde estava a cargo das famílias, das instituições privadas ou da previdência, não existia serviço de saúde universal, nem tampouco o acesso aos cuidados de saúde era assegurado a todos os portugueses.

A 29 de julho de 1978, é publicado o despacho que viria a ficar conhecido como o despacho Arnaut, determinando o acesso aos Serviços Médico-Sociais a todos os cidadãos, independentemente da sua capacidade contributiva, garantindo assim, pela primeira vez, a universalidade, generalidade e gratuidade dos cuidados de saúde, bem como a comparticipação de medicamentos.

A 15 de setembro de 1979, a lei n.º 56/79, cria o Serviço Nacional de Saúde, concretizando o direito à proteção da saúde, a prestação de cuidados globais de saúde e o acesso a todos os cidadãos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

independentemente da sua condição económica e social, passando os portugueses a dispor de um sistema que assegura uma cobertura de saúde universal a cargo do Estado.

Também o nosso concelho teve após o 25 de Abril de 1974, inegável, profundo e reconhecido desenvolvimento económico e social, para o qual o Partido Socialista teve e tem tido relevante e decisivo contributo.

Os problemas e desafios colocados pela designada interioridade, nunca nos fizeram desistir.

Cabe a todos nós cidadãos defender quotidianamente os princípios da nossa democracia. A defesa da democracia e dos seus princípios deve ser contínua, uma vez que as ameaças à mesma também o são.

Não queiramos nunca, por viver em democracia, esquecer o antes e o depois.

A Liberdade é também sinónimo de responsabilidade. Defender a democracia é defender o Estado Social, é defender a liberdade, a igualdade, os direitos económicos e sociais, é defender o meio ambiente, acautelando o futuro das gerações futuras. É além do mais, promover a qualidade de vida, a educação, o trabalho, a habitação, em condições de igualdade de direitos e de oportunidades.

A democracia existe ao serviço do povo, é uma obra inacabada, em constante melhoramento, em que todos devemos aprender com o passado para melhor construirmos o futuro e dar resposta aos novos desafios. Um futuro sustentável, com liberdade e igualdade, com direitos económicos e sociais assegurados.

O Portugal de hoje faz parte de um mundo globalizado, sobrevivente com marcas de uma pandemia. De um mundo, hoje ensombrado por uma guerra na europa, que contraria os mais elementares valores humanos, que em pleno século XXI tínhamos por adquiridos. A nossa solidariedade ao povo ucraniano.

O Partido Socialista sempre acompanhou e contribuiu para o desenvolvimento da democracia portuguesa, faz parte da sua própria construção e em particular faz parte do reconhecido desenvolvimento do nosso concelho e da defesa dos albicastrenses perante os atuais e futuros desafios. Cabe a todos nós portugueses preservar e concretizar os ideais do 25 de Abril, acautelando o futuro das gerações futuras, mantendo sempre abertas as portas que abril abriu.

25 de Abril

Esta é a madrugada que eu esperava

o dia inicial inteiro e limpo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo

in O Nome das Coisas, 1977

Sophia de Mello Breyner Andresen

Viva o 25 de Abril! Viva Castelo Branco!

Viva Portugal!

Presidente da Câmara Municipal (Leopoldo Martins Rodrigues)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco - Eng. Jorge Neves, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco – Dr. Hélder Henriques

Exmas. Senhoras e senhores Vereadores da Câmara Municipal de Castelo Branco

Exmos. Presidentes de União de Freguesias e Juntas de Freguesia

Exma. Senhora Administradora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Estimado Dr. Moisés Fernandes e João Goulão

Exma. Senhora Dra. Alzira Serrasqueiro

Exmo. Senhor Dr. Fernando Serrasqueiro

Exmo. Senhor 2º Comandante do Comando Territorial do Distrito de Castelo Branco da Guarda Nacional Republicana - Tenente-Coronel Márcio Lourenço

Exmo. Senhor Representante do Comandante Distrital da Polícia Segurança Pública de Castelo Branco – Comissário Manuel Jesus Ferreira

Exmo. Senhor Comandante do Gabinete de Atendimento ao Público de Castelo Branco do Exército – Sargento-Ajudante Luís França

Exmo. Senhor Adjunto do Comando do Corpo de Bombeiros de Castelo Branco – Estimado Albano Lucas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Castelo Branco -
Carlos Tomaz

Exmo. Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil

Exmo. Senhor Presidente da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Castelo Branco - Professor
António Cavaco

Exma. Senhora Diretora do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco - Dr.^a Otília Simões

Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração - Hospital Distrital de Castelo Branco - Eng. José
Nunes

Exmo. Senhor Diretor da Segurança Social

Exma. Senhora Diretora do Centro Local da Beira Interior da Autoridade para as Condições do Trabalho -
Dr.^a Corina Farias

Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - Professor Luís Santos

Exma. Senhora Subdiretora do Agrupamento de Escolas Amato Lusitano - Professora Maria Helena Lopes

Exmo. Senhor Presidente da Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa - Dr. Sérgio Bento

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Direção da Associação Empresarial da Beira Baixa - Dr. António Afonso

Exmos. Senhores representantes dos partidos políticos

Exmos. Senhores Presidentes e representantes de Direção da:

- Associação de Deficientes das Forças Armadas

- Associação Amato Lusitano

- Centro de Formação Associação de Escolas Alto Tejo

- Casa da Infância e Juventude de Castelo Branco

- Orfeão de Castelo Branco

- Escola de Judo Ana Hormigo

- Clube de Castelo Branco

- Distrital de Judo de Castelo Branco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Associação Cultural e Desportiva da Carapalha
- Associação Cultural Recreativa da Quinta Dr. Beirão
- Associação Ribeiro das Perdizes
- Associação Recreativa e Cultural do Bairro do Valongo
- Dirigentes da Câmara Municipal de Castelo Branco
- Dirigentes dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Estimados Trabalhadores do Município, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco e da Albigec

Exmos. Convidados

Albicastrenses

Comunicação Social

Há 50 anos, o fósforo da esperança acendeu-se e permitiu que emergíssemos da noite e do silêncio.

A ordem autoritária, as mordças às liberdades individuais, civis e políticas, o obscurantismo e a imposição férrea da indignidade, foram suplantados pela coragem de todos quantos se atreveram a desafiar a inevitabilidade da miséria e estabeleceram os alicerces para o regime democrático em que felizmente vivemos.

A este propósito, quero aproveitar para, neste momento inicial da minha intervenção, demonstrar profunda e sincera reverência pelos protagonistas da Revolução que têm raízes no concelho de Castelo Branco.

Em particular, ao general Ramalho Eanes e ao coronel Vasco Lourenço, a quem o concelho prestou homenagem no dia da cidade, 20 de março de 2023 e 20 de março de 2024, respetivamente Ramalho Eanes e Vasco Lourenço são, de facto, figuras de proa da nossa História comum e fiéis depositários do orgulho, do reconhecimento e da gratidão de todos os albicastrenses.

Com a sua decisiva contribuição, e a de tantos outros homens e mulheres, somos, há 50 anos, donos do nosso próprio futuro e livres de construir coletivamente o País que, em cada momento, melhor traduz as nossas expectativas, ambições e reivindicações.

Neles cumprimento todas e todos aqueles que lutaram e lutam pela liberdade. E, juntos, fomos capazes de construir muito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Construímos um país que encerrou nos confins da História as elevadas taxas de mortalidade infantil e que hoje, permite que todos, do primeiro ao último momento das suas vidas, tenham acesso a cuidados de saúde dignos e garantidos.

Construímos um país que recuperou das expressivas taxas de analfabetismo e que hoje garante o acesso à educação desde a creche ao ensino superior.

Construímos um país em que a pobreza extrema e a falta de abastecimento de água potável ou de condições de saneamento, passaram de regra a exceção e hoje garante que ninguém é condenado a viver na indignidade.

Construímos um país onde todos temos os mesmos direitos, um país onde todos somos respeitados independentemente das nossas características ou circunstâncias.

Mas se, por um lado, Ary dos Santos nos prometeu que as portas que abril abriu ninguém seria capaz de fechar, por outro lado, muitos são os que procuram fazê-lo.

Quando se procura criar a divisão, alimentar preconceitos e acicatar ódios.

Quando se procura rejeitar a diferença e antagonizá-la.

Quando se procura que a xenofobia e o racismo tomem conta do discurso corriqueiro.

Quando se procura negar a emancipação e autonomia da mulher e colocar em causa os direitos conquistados.

Quando se procura limitar a possibilidade de qualquer um se realizar, na exata medida dos seus projetos pessoais pela sua condição socioeconómica, origem étnica, orientação sexual ou limitação física.

É, por isso, um imperativo encontrar nesta efeméride a fonte que nos permita renovar o empenho e reforçar o compromisso com a afirmação perene dos valores de abril.

Mais do que celebrar o passado e afirmar o combate veemente a quem o pretende subverter, o 25 de Abril de 1974 deu-nos a possibilidade de sonhar e de rasgar sucessivamente novos horizontes de esperança.

É neste contexto que somos hoje convocados a pensar e a antecipar o futuro, a esboçar o país, as pessoas e o território que queremos encontrar daqui a 50 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que nos diz respeito, queremos uma cidade e um concelho em que todos possam continuar a ser livres, sem freios ou amarras de qualquer natureza.

Só continuaremos a ser plenamente livres se vivermos com saúde e, em caso de necessidade, podermos recorrer, sem barreiras, a cuidados de qualidade, que permitam prevenir e tratar enfermidades e assegurar o bem-estar físico e mental.

É por isso que, também em Castelo Branco, temos valorizado e robustecido a resposta dada pela Unidade Local de Saúde, em que o serviço que o Hospital Amato nos presta é complementado com a resposta dos centros de saúde e unidades de saúde familiar públicos.

É também por isso que criamos condições para que a oferta privada na saúde possa atuar em complementaridade à oferta pública.

Acreditamos também que só haverá liberdade se esta andar a par e passo com a igualdade no acesso à educação, que permita a todos munir-se de conhecimento e competências adequadas a enfrentar de forma crítica e conscientemente o mundo dos nossos dias.

É por isso que temos apostado na ampliação da oferta de creches, na requalificação das nossas escolas e no apoio constante aos nossos estudantes.

Além disso, a liberdade não pode nunca ser desligada da autonomia e independência financeira que só o salário justo, condizente com o investimento na sua formação, esforço e o trabalho de cada um pode garantir.

É por isso que temos focado a nossa ação política na atração e fixação de emprego qualificado e bem remunerado, que permita oferecer perspetivas de futuro e oportunidades de carreira aliciantes na nossa terra.

Mas nunca haverá liberdade se não houver um teto que nos abrigue e paredes que nos deem refúgio.

A habitação digna, com condições de conforto e a preços que possam ser comportáveis encerra igualmente em si um dos principais pilares de abril.

Conscientes deste desígnio, temos procurado que Castelo Branco ofereça, neste domínio, condições para servir de lar a todos os que aqui queiram estudar, trabalhar ou descansar.

É por isso que reforçamos a oferta pública de habitação, não apenas com enfoque nos menos privilegiados, mas também nas classes médias e, principalmente, nos nossos jovens.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E é precisamente com os jovens que teremos de continuar a cumprir Abril.

Permitam-me, pois, destacar o papel dos jovens, em particular albicastrenses, na segunda metade de século de convivência democrática que temos por diante.

Mais do que governar a pensar neles, temos necessariamente de governar com eles. Aproveitar o seu espírito de reivindicação, a sua irreverência, a sua visão própria do mundo e a sua vontade de participar ativamente em sociedade.

Valorizar os seus pontos de vista, atender aos seus problemas e vicissitudes próprias e procurar em conjunto soluções e atalhos de esperança.

Só mesmo envolvendo as pessoas nas decisões políticas, a começar pelos nossos jovens, aqui nascidos ou acolhidos, que teremos de definir a cidade que queremos e a melhor forma de atender às suas sensibilidades e preocupações.

Só assim teremos um concelho moderno, que continua no encaço do progresso e da inovação, que valoriza os avanços tecnológicos e pretende colocá-los ao serviço das nossas gentes, que respeita os recursos à nossa volta e os usa responsabilmente.

Neste capítulo, gostava de afirmar lapidarmente que acredito convictamente que só seremos verdadeiramente livres quando a nossa liberdade não chegar à custa da subjugação do outro nem sacrificando o meio que nos rodeia.

Ao longo dos próximos 50 anos teremos assim de ser capazes de compatibilizar o respeito pela dignidade humana e pelos direitos dos nossos semelhantes com o respeito pelo território, pelo ambiente e pela natureza.

Abraçaremos, portanto, o desígnio de cuidar da terra, utilizar racionalmente os recursos hídricos, apostar na mobilidade mais verde e na geração de energia através de fontes limpas.

Caros albicastrenses, os desafios são muitos e o futuro é exigente, todos temos consciência disso.

Contudo, neste dia maior da nossa História, saibamos sobretudo realçar os feitos que conseguimos alcançar em liberdade e neles encontrar a inspiração, o engenho e a determinação para continuar a regar as sementes de cravo deixadas no jardim de todos nós.

Viva o 25 de Abril

Viva a Liberdade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Viva Castelo Branco

Viva Portugal

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 11 horas 40 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,